

# economia

## Governo nega confirmação sobre horário de verão

Condições dos reservatórios são favoráveis, de acordo com o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)

**/ ENERGIA**

O Ministério de Minas e Energia (MME) negou nesta quinta-feira a suposta confirmação de retorno do horário de verão neste ano, após especulações circularem em portais na internet.

A pasta repetiu que o tema é “permanentemente avaliado” e reafirmou que há pleno atendimento de energia até fevereiro de 2026, conforme avaliação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, tem reforçado publicamente que o retorno desse mecanismo só ocorreria em caso de real necessidade. Ou seja, se o sistema interligado nacional, em função do período seco, exigisse tal medida para aliviar a

demanda em horário de pico.

Contudo, as condições dos reservatórios são favoráveis, de acordo com o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). O colegiado vê normalidade ao longo do período seco. Ainda de acordo com a avaliação, a situação é melhor do que no ano passado - quando houve seca histórica.

No período seco, além da menor participação da fonte hidrelétrica na geração de energia, com o cenário escasso de chuvas, a elevação da temperatura acarreta o aumento do consumo devido ao uso de aparelhos de refrigeração nas madrugadas. Ou seja, a demanda fica muito pressionada no momento em que a oferta está reduzida.

O adiamento dos relógios em uma hora foi ampla-

mente debatido em 2024. A política acabou sendo descartada no ano passado porque as autoridades do setor elétrico já estavam adotando outras medidas para aumentar a confiabilidade do sistema elétrico. O mesmo argumento vale para este ano.

Na semana passada o CMSE citou, por exemplo, que poderão ser adotadas medidas para maximizar a produção das Usinas Hidrelétricas (UHEs) de Itaipu e do São Francisco, entre outros recursos, para garantir a segurança do sistema. O grupo setorial também voltou a indicar a possibilidade de reduzir as defluências das UHEs de Jupia e Porto Primavera, sempre que as condições do sistema permitirem, visando preservar os reservatórios da bacia do rio Paraná.



BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL/JC

Mudança no horário só ocorrerá em caso de necessidade, diz Silveira

## MP da tarifa social de energia vai à sanção presidencial

O Senado aprovou a medida provisória (MP) que institui a tarifa social de energia elétrica. Agora, o texto vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A tarifa social é um programa criado para reduzir o custo da conta de luz de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com gratuidade total para as que consomem até 80 kWh (quilowatt-hora) por mês. Isso significa que milhões de pessoas podem ter sua conta de energia zerada até esse patamar de consumo.

Integrantes da oposição criticaram a medida por causa de seu custo para os consumidores de energia que não são beneficiados pelo programa. O benefício é uma das apostas do governo para melhorar a popularidade de Lula, que concorrerá à reeleição no ano que vem.

Hoje, a tarifa social atende famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único) com renda de até meio salário-mínimo por pessoa, além de beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), comunidades indígen-

nas e quilombolas.

Já famílias com renda entre meio salário-mínimo e um salário-mínimo por pessoa e consumo de até 120 kWh/mês passam a ter isenção de parte dos encargos, como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Desde julho de 2025, beneficiários já têm acesso à isenção até 80 kWh/mês. O benefício é automático para quem está no Cadastro Único e não exige solicitação às distribuidoras. Mesmo com a gratuidade, porém, ainda permanecem cobranças

como iluminação pública e impostos estaduais ou municipais.

O texto estabelece ainda que as receitas das usinas de Angra 1 e 2 serão rateadas entre os usuários do Sistema Interligado Nacional, exceto entre os consumidores da subclasse residencial baixa renda, de forma proporcional ao consumo individual e mediante um adicional tarifário, estabelecido pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

“Estamos falando de um custo de R\$ 4,5 bilhões a ser

compartilhado pelos consumidores cativos de classe média, as empresas que vão bancar essa benesse. Estamos falando de uma CDE, que deve ultrapassar agora os R\$50 bilhões de subsídios, de um sistema que é um Frankenstein, com mais um puxadinho”, disse o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN). O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), pediu que seus colegas não alterassem o texto para que ele não precisasse de nova deliberação pelos deputados.

**Faz pelo varejo. por todos.**

- Representatividade
- Equifax | BoaVista
- Liquida Porto Alegre
- Inovação | Crédito
- Educação Financeira

Com soluções para negócios, capacitação, eventos e parcerias, desde sempre a **CDL Porto Alegre** mostra sua força e relevância sendo protagonista no crescimento do varejo e no desenvolvimento econômico de todo o Estado. É uma trajetória que tem em sua essência grandes histórias e futuros gigantes.



Assista ao vídeo da campanha